

# PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: OBEDIÊNCIA, COLO E CUIDADO<sup>1</sup>

*Anna Paula Uziel*

(Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro /UERJ)

uzielap@gmail.com

*Bruna Petrus do Prado Silva*

(Graduanda em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro /UERJ)

brunapps@gmail.com

*Maria Julia Ramos da Silva Melo*

(Graduanda em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro /UERJ)

l\_mos@hotmail.com

*Thaís Lohanna Rocha Lins*

(Graduanda em Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro /UERJ)

(thaislrins@hotmail.com)

## RESUMO

Conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento institucional corresponde a uma medida provisória, utilizada como forma de transição para reintegração familiar ou colocação em família substituta. A presente comunicação parte do trabalho de intervenção em um abrigo para crianças de zero a seis anos na cidade do Rio de Janeiro, feito no momento por um grupo de psicólogas, alunas e professoras de psicologia, utilizando como referencial teórico-metodológico a Análise Institucional. O ECA preconiza o acolhimento breve e a priorização da reintegração ou colocação em família substituta. No entanto, a existência de abrigos para bebês e crianças pequenas demonstra que além dos cuidados necessários antes da decisão de disponibilizar uma criança para adoção, que exige certeza sobre a impossibilidade da família biológica em ficar com sua prole, a lentidão da justiça faz com que as crianças

---

<sup>1</sup> IV ENADIR, GT. 2, Infâncias e Juventudes: saberes, tecnologias e práticas.

fiquem abrigadas por mais tempo do que o desejável. A partir da vivência no cotidiano do abrigo, a proibição de dar colo às crianças e a insistência sobre a necessidade do “bom comportamento” como condição para eventual adoção chamaram a atenção. Propomos pensar o colo como analisador das relações entre adultos e crianças ali inseridos e das práticas de cuidado, entendendo que sua proibição se refere aos limites do contato físico e do afeto, do cuidado e da proteção e a necessidade da obediência como produção de uma infância idealizada, em resposta à antiga ideia de caridade presente nas práticas de adoção de meados do século passado. A provisoriidade que marca as medidas protetivas de acolhimento não deve ser usada para desqualificar ou negar a importância do trabalho desenvolvido nessas instituições. Nesse sentido, discute-se a importância de, durante o período de acolhimento, a criança criar vínculos ou estabelecer relações de afeto mesmo na condição “de passagem” dos que ali estão. Nota-se que as próprias crianças acabam sendo tomadas por essas determinações, por diversas vezes assumindo a mesma postura proibitiva e se policiando (além de nos policiar) diante da possibilidade, ou mesmo do desejo, de um contato físico mais próximo e carinhoso com qualquer adulto. A obediência como meta funciona como reguladora das práticas cotidianas das crianças no que se referem aos tipos de brincadeira, a maneira de interagir com crianças e adultos, a execução das regras consideradas básicas, entre outras.

Palavras-chaves: acolhimento institucional, analisador, crianças.

## **INTRODUÇÃO**

Conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o acolhimento institucional corresponde a uma medida provisória, utilizada como forma de transição para reintegração familiar ou colocação em família substituta. A prioridade, como é possível constatar no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, é a permanência com a família de origem, sempre que possível.

“As estratégias, objetivos e diretrizes deste Plano estão fundamentados primordialmente na prevenção ao rompimento dos vínculos familiares, na qualificação do atendimento dos

serviços de acolhimento e no investimento para o retorno ao convívio com a família de origem” (BRASIL, 2006, p. 13).

Embora a doutrina da proteção integral, através de seus instrumentos jurídicos como o ECA e as leis que o atualizaram, pretendesse a permanência das crianças e adolescentes com seus familiares, a falta de políticas públicas que ofereçam condições para que os adultos possam sustentar seus filhos encerra um destino próximo ao das décadas anteriores ao ECA e muitas crianças e adolescentes em situação de pobreza continuam sendo acolhidos. Mais recentemente, no Rio, a grave situação dos usuários de drogas tem gerado o abandono e/ou o afastamento de pais, mães e filhos, às vezes de forma arbitrária, outras como cuidado.

O ECA preconiza o acolhimento breve e a priorização da reintegração ou colocação em família substituta. No entanto, a existência de abrigos para bebês e crianças pequenas demonstra que para além dos cuidados necessários antes da decisão de disponibilizar uma criança para adoção, que exige certeza sobre a impossibilidade de a família biológica ficar com sua prole, a lentidão da justiça faz com que as crianças fiquem abrigadas por um tempo maior do que o desejável.

Neste texto pretende-se discutir alguns aspectos de um trabalho de intervenção em um abrigo para crianças de zero a seis anos na cidade do Rio de Janeiro, feito no momento por um grupo de psicólogas, alunas e professoras de psicologia, utilizando como referencial teórico-metodológico a Análise Institucional.

## **ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E COTIDIANO: ENTRE GRITOS, FRALDAS, BRINQUEDOS E A FALTA DO OLHAR**

O acolhimento institucional é uma prática que remonta ao século XIX no Brasil (Marcílio, 2006), tendo passado por várias fases.

Mesmo que o acolhimento seja temporário, o que às vezes não é, esse tempo é vida, mas parece ser um tempo em suspensão onde as crianças não aprendem, não recebem investimento afetivo, apenas estão lá (Nunes, 2015, p. 111)

O ECA e o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária preconizam abrigos<sup>2</sup> pequenos, com no máximo 20 crianças. Este abrigo acolhe entre 10 e 15 crianças e bebês. Como não é da prefeitura e opta por não ter nenhum tipo de convênio – embora, como todos, seja fiscalizado pelo Poder Judiciário – precisa gerar recursos por conta própria. O abrigo recebe alimentos doados por uma escola de classe média situada na mesma rua, que os recolhe em eventos que promove. A doação é farta o suficiente para que, eventualmente, se possa dividi-los com outras instituições para crianças que estejam em dificuldades.

Para cumprir as exigências de uma equipe técnica (BRASIL, 2009), conta com uma assistente social e agora, mais recentemente, com nossa equipe de Psicologia que não onera a instituição, visto que professoras e alunas de graduação cumprem parte de suas horas acadêmicas na instituição, bem como uma aluna e uma ex-aluna da pós-graduação em Psicologia Jurídica que doam algumas horas por semana para o trabalho. Recursos para pagamento de pessoa física são sempre mais difíceis, sobretudo quando precisa haver regularidade, como é o caso dos salários das educadoras e da cozinheira. A diretora é uma senhora de quase 80 anos que está à frente da instituição há vinte. Durante a noite, quando não há outros funcionários, as crianças ficam sob os cuidados dela e de uma de suas filhas. No restante do tempo, as educadoras, que não possuem formação alguma, trabalham em duplas com plantões de 12 horas por 36, ficando diariamente uma com os bebês e outra com as crianças. As funcionárias da limpeza também assumem um papel importante, já que é comum que durante o plantão da educadora, esta cuide da arrumação enquanto a auxiliar limpeza toma conta das crianças ou dos bebês. Seria uma prática bastante interessante, por entender que são todas educadoras, quando se trata de uma instituição destinada a crianças. No entanto, este é apenas um arranjo para suprir carências de recursos – humanos e materiais.

O abrigo está situado em uma área grande onde se encontram outras instituições. É um terreno composto por duas casas, logo no início deste complexo. Na entrada há uma área externa com bastante espaço ao ar livre para correr, além de um parquinho, eventualmente frequentado pelas crianças. Ao fundo está a casa do abrigo, de dois andares. Na parte de baixo fica o dormitório das crianças, além de uma varanda onde

---

<sup>2</sup> Embora o termo abrigo não apareça mais na legislação e não nomeie, portanto, formalmente, as instituições de acolhimento, será utilizado neste texto para fazer referência à instituição em foco e para facilitar a escritura do trabalho.

elas passam a maior parte do dia, já que apenas três frequentam a escola. Ao lado, encontra-se atualmente o berçário, mas os bebês raramente saem ou têm contato com as outras crianças. Grande parte do andar de cima, que costumava ser reservado aos bebês, encontra-se em obras devido a uma infiltração. A área ainda em uso conta com uma pequena sala de trabalho para a assistente social e com uma sala grande equipada com carteiras, jogos, livros, materiais de colorir e outros brinquedos, onde semanalmente cada uma das estagiárias da Psicologia trabalha com as crianças. As crianças, elas mesmas, contudo, têm pouco acesso a este espaço, onde só costumam frequentar durante poucas horas acompanhados de uma pedagoga ou de algum membro de nossa equipe.

Ao lado desta, outra casa. Uma sala grande, à esquerda, toda pintada com cores vibrantes, costuma ser utilizada pelas crianças para assistir filmes. Além do armário cheio de DVDs e livros infantis, possui uma televisão, sofás e cadeiras, pronta para uma reunião a qualquer momento. Uma varanda acompanha também esta segunda casa onde fica, na outra ponta, a cozinha.

As crianças são submetidas a cuidados básicos a maior parte do tempo. São alimentadas, tomam banho. O abrigo é pintado, os quartos bem equipados, há bastante fralda. Raros são os momentos em que as adultas se dirigem a eles no fundo do olho, sentam para brincar, perceber seus movimentos e desejos. Gritos e ordens marcam o dia-a-dia, modos ríspidos de falar ora imperam, ora são justificativa para se mandar alguém embora. Os brinquedos também são muitos, mas pouco se brinca. As disputas e a falta de cuidado com o que se tem ocupa muito espaço de tempo.

## **O COLO COMO ANALISADOR E O “BOM COMPORTAMENTO” COMO REQUISITO PARA UMA VIDA MELHOR**

No primeiro dia no abrigo, um choro de criança me fez entrar em um cômodo do abrigo. Eu já me dirigia ao portão para ir embora e passava por ali apenas pra conhecer as dependências. Era Letícia, de um ano e meio, que acordara no berço em um quarto onde outro bebê ainda dormia. Ela se sentou no berço e esperava, chorando, muito encatarrada, que alguém aparecesse. Esfregava os olhos de sono. Apaixonada por bebês a peguei no colo, me livrando da minha bolsa. Ela, aconchegada, atualizava

ali o que, no meu entender, é a melhor definição de entrega: largada no meu colo voltou a dormir. Como o relógio insistia em andar, decidi colocá-la no berço pouco depois que adormeceu. Mal sentiu o colchão, voltou a chorar e esticou os bracinhos. Peguei-a novamente. Mais uns minutos, nova tentativa. Ela não conseguia ficar deitada. Além de preferir o colo – imagino – ela estava muito congestionada, devia estar difícil respirar na horizontal. Pedi que chamassem uma educadora que pudesse pegá-la para eu poder ir embora, não conseguiria deixá-la sozinha no berço chorando. A educadora apareceu. “Pode deixar no berço que depois ela pára de chorar, não temos condição de pegar todo mundo no colo” não foi o suficiente para eu conseguir achar que aquela seria uma boa alternativa. Letícia despertou e conseguiu ficar lá fora com as outras crianças brincando.

(Relato de campo)

Durante semanas não havia um dia em que o impedimento de colocar as crianças no colo não fosse lembrado por uma educadora ou pelas próprias crianças. Aquela interdição gerava um incômodo enorme. Se, por um lado, nosso trabalho não é o de recreação, tampouco passar o dia todo com as crianças no colo, esta prática parece inevitável quando se senta no chão para brincar e interagir com crianças tão pequenas, acolhidas, com pouca atenção para cada uma delas, pouco contato físico... Era muita insistência e vigilância.

A partir da vivência no cotidiano do abrigo, a proibição de dar colo às crianças e a insistência sobre a necessidade do “bom comportamento” como condição para eventual adoção chamaram a atenção. Propomos pensar o colo como analisador das relações entre adultos e crianças ali inseridos e das práticas de cuidado, entendendo que sua proibição se refere aos limites do contato físico e do afeto, do cuidado e da proteção.

Analisador é um dos principais conceitos da Análise Institucional (Rodrigues e Souza, 1987).

Aqueles acontecimentos que podem agitar a Assembleia Geral

socioanalítica permitindo fazer surgir, com mais força, uma análise; que fazem aparecer, de um só golpe, a instituição “invisível”; a este tipo de acontecimento chamamos ANALISADORES (LOURAU, 1993, p. 35).

O analisador não é encarnado em alguém, não se trata de um analista, mas de algo que faz disparar a análise. Não nos interessa discutir a proibição do colo como regra, mas entender o que não é dito com esta norma, pensar em que forças se exercem ali no cotidiano que reproduzem esta decisão e que provocam efeitos nas relações entre crianças e adultos e entre as próprias crianças.

A provisoriidade que marca as medidas protetivas de acolhimento não deve ser usada para desqualificar ou negar a importância do trabalho desenvolvido nessas instituições. Nesse sentido, discute-se a importância de, durante o período de acolhimento, a criança criar vínculos ou estabelecer relações de afeto mesmo na condição “de passagem” dos que ali estão. Nota-se que as próprias crianças acabam sendo tomadas por essas determinações, por diversas vezes assumindo a mesma postura proibitiva e se policiando (além de nos policiar) diante da possibilidade, ou mesmo do desejo, de um contato físico mais próximo e carinhoso com qualquer adulto.

Tratando da gestão tutelar de menores e trabalhando a partir das relações de poder em Foucault, Vianna (2002) apresenta duas ideias que alimentam nossa discussão. A autora fala em “suspensão dos *riscos* envolvendo as populações sobre as quais se exerce” e a “exemplaridade moral” (p. 34). Abrigar crianças pode significar não apenas controlar, mas segregar para prevenir e, assim, proteger a sociedade de futuras pessoas mal desenvolvidas. O abrigo pode ser o local capaz de gerar crianças para adoção, que são crianças bem comportadas que possuem potencial para seduzir e agradar os adultos que se ofereçam como pais e mães.

Apesar de todas as mudanças sociais e legais, a necessidade da obediência encontra-se bastante presente na produção de uma infância idealizada. Já não se trata de uma resposta à antiga ideia de caridade presente nas práticas de adoção de meados do século passado, mas a ideia de docilização dos corpos (Foucault, 1987) parece manter-se através dos tempos. A obediência como meta funciona como reguladora das práticas cotidianas das crianças no que se refere aos tipos de brincadeira, à maneira de interagir com crianças e adultos, à execução das regras consideradas básicas, entre outras. Embora sejam todas pequenas, visto que a mais velha do abrigo tem seis anos de idade,

o fantasma do abandono eterno circula por entre aquelas que não recebem mais visitas das famílias de origem e se seguram nas esperanças que o início de um processo de visitação apresenta. O aparecimento concreto de candidatos a pais e mães é atravessado por uma prescrição de conduta difícil de ser reconhecida como cotidiano de uma criança, sem que com isso se pretenda universalizar desejos ou formas de estar no mundo: não correr, ficar conversando – com desconhecidos – de forma paciente e interessada, não falar alto, não inventar brincadeiras.

Comportar-se, embora seja praticamente sinônimo de deixar de ser criança, acaba sendo apresentado como a possibilidade de ser desejado por alguém. Por alguém que quer ter filhos, por isso se candidata. Paradoxal? Pais e mães de crianças que não são estimuladas ao afeto – porque o perderam, porque não o tem no seu horizonte. Estranho? Contraditório?

### **ESTAR EM MOVIMENTO: O PROCESSO DE UMA INTERVENÇÃO**

O trabalho no abrigo começou há pouco, teve início em março deste ano e há muito que fazer. O ideal seria prescindir dele, mas nossa realidade reafirma sua necessidade. As educadoras não possuem formação adequada, seus salários não são dignos nem garantidos todos os meses, a ideia de caridade está presente e se mistura com a questão da religião; a adoção permanece como horizonte para as crianças cujas famílias, apesar da mudança legal, continuam sendo vistas como desinteressadas e perigosas. Das famílias de origem das crianças, convidadas a estarem no abrigo, sobretudo por conta das exigências legais, se espera muito pouco. Espera-se que entreguem seus filhos para adoção sem exigências que no futuro venham a incomodar.

Pensar o colo como analisador e tantos outros que venham tem se mostrado um caminho possível para intervir a partir da análise da nossa implicação (Rodrigues e Souza, 1987), o que faz com que estejamos lá com nossos afetos, raivas, irritações, indignações, cumplicidades para pensar não apenas em caminhos para aquelas crianças e instituição, mas nas políticas de assistência que tem sido produzidas em nosso país.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006.
- FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- LOURAU, R. Análise Institucional e Práticas de Pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. *A História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.
- NASCIMENTO, Maria Livia do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade* (Online), v. 24, p. 39-44, 2012.
- NUNES, Roberta Gomes. Entre chaves e cortinas: a instituição acolhimento em análise. (Dissertação) Mestrado em Psicologia Social, UERJ, 2015.
- RODRIGUES, Heliana Conde, SOUZA, Vera Lúcia. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: SAIDON, Osvaldo, KAMPHAGI, Vida (org.). *Análise Institucional no Brasil*. RJ: Espaço e Tempo, 1987.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. “Limites da Menoridade: tutela, família e autoridade em julgamento”. (Tese) Doutorado em Antropologia Social, MN/UFRJ, 2002.